



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO 2019

SUMÁRIO

1. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
 - 1.1 Introdução
 - 1.2 Base de Preparação
2. Informações Relevantes contidas nas Demonstrações Contábeis
 - 2.1 Balanço Financeiro
 - Nota 1 - Pagamento de Restos a Pagar
 - Nota 2 - Inscrições de Restos a Pagar
 - Nota 3 - Transferências Financeiras Concedidas Independentes da Execução Orçamentária
 - 2.2 Balanço Patrimonial
 - Nota 1 - Resultado do Exercício
 - 2.3 Demonstração das Variações Patrimoniais
 - Nota 1 - Resultado Patrimonial do Exercício
 - 2.4 Demonstração do Fluxo de Caixa
 - 2.5 Demonstração da Dívida Flutuante
 - Nota 1 - Demonstrativo Previdenciário dos Valores Retidos dos Servidores
 - Nota 2 - Demonstrativo Previdenciário Patronal
 - 2.6 Demonstração de Créditos Adicionais
 - 2.7 Extratos Bancários
 - 2.8 Subsídio dos Vereadores



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

1 NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.1 INTRODUÇÃO

O Orçamento da Câmara Municipal de Muniz Freire está contido na Lei Municipal nº 2.526/17.

As informações constantes desta Nota Explicativa referem-se a:

- Balanço Financeiro (BALFIN)
- Balanço Patrimonial (BALPAT)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DEMVAP)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DEMFC)
- Demonstrativo da Dívida Flutuante (DEMDFLT)
- Demonstrativo de Créditos Adicionais (DEMCAD)
- Demonstrativo Previdenciário dos Valores Retidos dos Servidores (DEMCSE)
- Demonstrativo Previdenciário Patronal (DEMCPA)

1.2 BASE DE PREPARAÇÃO

As informações constantes desta Nota Explicativa foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovada pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 840/2016 e Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2016 que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal 4.320/64, a Lei Complementar Federal 101/2000, bem como as disposições das Normas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

2 INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Balanço Financeiro

Nota 1 - Transferências Financeiras Concedidas Independentes da Execução Orçamentária

Conforme consta do Balanço Financeiro (BALFIN) o Saldo em Espécie do Exercício Anterior foi de R\$ 151.062,05. Deste saldo, R\$ 13.759,51 foi destinado ao pagamento de Restos a Pagar.

Do saldo existente após o pagamento de Restos a Pagar, o valor de R\$ 163.000,00, foi objeto de transferência à Prefeitura Municipal de Muniz Freire.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Nota 2 - Pagamento de Restos a Pagar

No Exercício de 2018 houve a inscrição de Restos a Pagar Não Processados, sendo que no Exercício de 2019 houve o correspondente pagamento, conforme abaixo demonstrado.

Restos a Pagar Não Processados Pagos	R\$ 13.759,51
--------------------------------------	---------------

Nota 3 - Inscrições de Restos a Pagar

A inscrição de Restos a Pagar no Exercício correspondeu ao seguinte valor:

Restos a Pagar Não Processados	R\$ 22.390,00'
Restos a Pagar Processados	R\$ 110,84

2.2 Balanço Patrimonial

Nota 1 - Ativo e Passivo

No Exercício o valor do Ativo Financeiro foi de R\$ 400.096,92 e o Ativo Permanente foi de R\$ 1.702.967,86.

O total do Patrimônio Líquido foi de R\$ 2.145.214,32.

O valor do Passivo Financeiro foi de R\$ 22.500,84 e o Passivo Permanente foi de R\$ 0,00.

Com isso houve o Saldo Patrimonial de R\$ 2.122.824,32.

O Saldo dos Atos Potenciais Passivos, referente ao valor dos contratos a serem executados no Exercício seguinte foi de R\$ 70.043,28

2.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 - Resultado Patrimonial do Exercício

De acordo com as leis e normas da contabilidade pública brasileira essa conta evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial do Exercício.

O valor das Variações Patrimoniais Aumentativas foi de R\$ 2.601.332,23.

O valor das Variações Patrimoniais Diminutivas foi de R\$ 2.409.378,57.

No Exercício houve superávit patrimonial no valor de R\$ 191.953,66



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

2.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

A demonstração do Fluxo de Caixa (DEMFCA) apresenta as entradas e saídas de caixa, evidenciando a capacidade do órgão de gerar caixa e equivalente de caixa.

O resultado da geração líquida de caixa e equivalente de caixa da Câmara Municipal de Muniz Freire foi de R\$ 400.096,92

2.5 Demonstração da Dívida Flutuante

Nota 1 - Demonstrativo Previdenciário dos Valores Retidos dos Servidores (DEMCSE)

Com relação à Prestação de Contas Anual dos Exercícios de 2016 e 2017 o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo notificou a Câmara Municipal de Muniz Freire para que esclarecesse divergências entre o valor do INSS do arquivo da folha de pagamentos (FOLRGP) em relação ao arquivo Demonstração da Dívida Flutuante (DEMDFLT), o que fez com que se apontasse o seguinte possível indício de irregularidade:

DESCRIÇÃO DO ACHADO
Registro e recolhimento das contribuições dos servidores (RGPS) em desacordo com a legislação aplicável. Arts. 85, 87, 102 e 103 da Lei Federal 4.320/64 e Normas Brasileiras de Contabilidade

Ocorre que do valor constante da DEMDFLT também consta valores de anulações, para atendimento às normas de contabilidade. Portanto, não há divergência de valores nem tão pouco registro e recolhimento das contribuições de servidores (RGPS) em desacordo com a legislação aplicável, tomando-se como verdadeiro e correto o valor constante do FOLRGP e DEMPCA. Apresentadas tais justificativas, as mesmas foram consideradas sanadas pelo Tribunal.

De igual forma, no corrente Exercício, deve-se considerar as informações acima constantes.

Nota 2 - Demonstrativo Previdenciário dos Valores Patronais (DEMCPA):

Com relação à Prestação de Contas Anual dos Exercícios de 2016 e 2017 o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo notificou a Câmara Municipal de Muniz Freire para que esclarecesse divergências entre o valor



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

do INSS do arquivo da folha de pagamentos (FOLRGP) em relação ao arquivo Demonstração da Dívida Flutuante (DEMDFLT), o que fez com que se apontasse o seguinte possível indício de irregularidade:

DESCRIÇÃO DO ACHADO
Registro e recolhimento das contribuições dos servidores (RGPS) em desacordo com a legislação aplicável. Arts. 85, 87, 102 e 103 da Lei Federal 4.320/64 e Normas Brasileiras de Contabilidade

Ocorre que do valor constante da DEMDFLT também consta valores de anulações, para atendimento às normas de contabilidade. Portanto, não há divergência de valores nem tão pouco registro e recolhimento das contribuições de servidores (RGPS) em desacordo com a legislação aplicável, tomando-se como verdadeiro e correto o valor constante do FOLRGP e DEMCSE. Apresentadas tais justificativas, as mesmas foram consideradas sanadas pelo Tribunal.

De igual forma, no corrente Exercício, deve-se considerar as informações acima constantes.

2.6 Demonstração de Créditos Adicionais

Conforme consta do Demonstrativo de Créditos Adicionais, no Exercício foram realizadas aberturas de Créditos Adicionais Suplementares, sendo que este último foi realizado tanto em favor da própria UG Câmara Municipal quanto em favor da UG Prefeitura Municipal de Muniz Freire.

A seguir o detalhamento referente à abertura de créditos adicionais (DEMCAD) realizados durante o Exercício:

	(R\$)
Despesa fixada conforme LOA	2.610.000,00
(+) Crédito Adicional Especial resultante de anulação de dotação	0,0
(+) Crédito Adicional Suplementar resultante de anulação de dotação	25.000,00
(-) Anulação de dotações	- 25.000,00



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

(-) Anulação de dotações para outras UGs	0,00
Despesa Autorizada	2.610.000,00

2.7 Extratos bancários

TVDISP:

Ao enviamos os arquivos da PCA, na página do TCEES, especificamente em Análise de Extratos Bancários, constatamos a existência de duas contas bancárias do Banco 021 – Banestes S/A, com demonstração de saldos nos meses de janeiro a dezembro.

Julgando tratar-se de informações fornecidas pelo citado banco, tendo em vista o convênio firmado entre o TCEES e aquela instituição, e por desconhecermos tais contas bancárias, entramos em contato com a agência do Banestes de Muniz Freire para obter informações a respeito das mesmas.

Após as informações prestadas pelo funcionário da agência que nos atendeu, pudemos constatar o que abaixo se segue sobre as contas.

A Câmara Municipal tinha uma conta na agência, a qual foi aberta há muitos anos. Porém a mesma encontra-se encerrada também há bastante tempo.

A conta **1951255-7** realmente existe e trata-se de uma conta bastante antiga. Porém jamais recebeu qualquer tipo de lançamento e jamais foi movimentada nem por eles, nem pela Câmara Municipal. O funcionário da agência informou que possivelmente na época que solicitamos a abertura da conta houve algum erro da agência e ao invés de uma foram abertas duas contas, sendo do conhecimento da Câmara somente uma delas, a qual encontra-se encerrada.

No próprio relatório do TCEES acima informado não consta nenhum saldo, estando todos zerados com relação à conta **1951255-7**. Inclusive, já solicitamos o encerramento da mesma.

A conta **1053564-9** realmente existe, porém trata-se de conta de empréstimo-consignado, onde são recebidos os valores retidos na folha de pagamentos. Mensalmente a Câmara Municipal transfere o valor para tal conta e, segundo informações do funcionário da agência bancária, esse valor é debitado automaticamente na conta até o dia 15 do mês seguinte.

Segundo também informações do funcionário da agência essa conta é tão somente para crédito e débito dos valores de empréstimo-consignado e que recebe o nome e cnpj da entidade responsável por reter na folha e creditar ao banco os valores descontados na folha de pagamentos.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Com relação a tal conta a Câmara não tinha conhecimento até o momento que estava em nome dela e que recebeu seu cnpj.

O crédito ao final de dezembro constante do relatório do TCEES só foi debitado em janeiro/2020 pelo banco.

Os valores a título de empréstimo-consignado (despesas extra-orçamentárias / consignações) foram todos devidamente recolhidos às instituições bancárias, conforme constam dos documentos da PCA.

Trata-se, portanto, de simples conta para depósito de empréstimo-consignado.

Com relação a tais contas abrimos um chamado junto ao TCEES (Chamado ID – 12771) para solicitarmos como proceder no caso. Na data de 13/06/20 recebemos a resposta do chamado (cópia em anexo), nos foi orientado que: a) acerto das contas junto à instituição bancária, b) que o caso fosse objeto de nota explicativa, c) que o TCEES iria alterar as referias inconsistências de “impeditivas” para “indicativas”.

2.8 Subsídio dos Vereadores

FIXSUB:

A legislação federal e Lei Orgânica Municipal determinam que o valor do subsídio dos Vereadores tem que ser fixado em uma legislatura para vigorar na subsequente. A legislação do Município de Muniz Freire determina em seu Regimento Interno - Art. 151 - que a fixação deve ser feita até o mês de março do último ano do mandato, conforme se segue:

Regimento Interno:

Art. 151 - O Vereador será remunerado exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 1º - O subsídio dos Vereadores será fixado em cada legislatura para vigorar na subsequente, sujeito aos impostos gerais, inclusive o de renda e os extraordinários, observando-se o que dispõe a Constituição Federal, a legislação complementar pertinente, a Lei Orgânica Municipal, sendo que para o subsídio serão observados os preceitos constantes no presente Regimento.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

§ 2º - O Projeto que trata do subsídio é de iniciativa exclusiva da Mesa da Câmara Municipal, ou da maioria de seus membros, devendo ser protocolado até a primeira sessão ordinária do mês de março do último ano do mandato.

Cumprindo o citado dispositivo regimental, o valor do subsídio dos Vereadores para a legislatura 2017/2020 foi fixado através da Lei 2.415/15, de 01/07/2015, sendo:

Vereador: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Presidente: R\$ 7.590,00 (sete mil, quinhentos e noventa reais)

Na data de 04/10/2016, ou seja, no primeiro dia útil após as eleições municipais, os integrantes da Mesa da Câmara Municipal protocolaram o Projeto de Lei 014/16, de 30/10/2016, que tinha como objetivo alterar o valor do subsídio dos Vereadores estabelecidos pela Lei 2.415/15. Tal Projeto culminou com a Lei 2.472/16, de 11/11/2016, tendo alterado o valor do subsídio para:

Vereador: R\$ 1.740,00 (um mil, setecentos e quarenta reais)

Presidente: R\$ 2.436,00 (dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais)

Ressaltamos que o Projeto de Lei 014/16 feriu todos os preceitos legais e regimentais existentes conforme enunciamos:

a) Foi protocolado no primeiro dia útil após o resultado das eleições municipais, ou seja, contrariou a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno que dispõe que a fixação tem que ocorrer antes das eleições municipais. Tal Projeto feriu gravemente e contrariou os princípios da legalidade e moralidade;

b) Foi protocolado no primeiro dia útil após o resultado das eleições municipais, ou seja, quando já se sabia quem havia sido ou não eleito. E dos 09 (nove) vereadores existentes em 2016, todos candidatos à reeleição, somente um foi reeleito. Tal Projeto feriu gravemente e contrariou os princípios da impessoalidade;

c) O Projeto tramitou ferindo gravemente todos os prazos estabelecidos pelo Regimento Interno, ou seja, feriu o princípio da legalidade, conforme se pode comprovar através da cópia do Projeto de Lei constante do arquivo FIXSUB;

d) O Parecer Jurídico foi contrário ao Projeto por ferir os princípios da anterioridade, legalidade, moralidade e impessoalidade, conforme se pode comprovar através da cópia do Projeto de Lei constante do arquivo FIXSUB;

e) O Art. 82 do Regimento Interno (abaixo transcrito) dispõe sobre a necessidade de, diante do parecer jurídico, a Comissão, sendo contrário a ele, ter que fundamentar tal discordância. Tal



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

preceito foi desrespeitado pela Comissão, conforme se pode comprovar através da cópia do Projeto de Lei constante do arquivo FIXSUB;

Art. 82 - Sendo um projeto considerado ilegal e inconstitucional pela Assessoria Jurídica a Comissão de Constituição de Justiça e Redação somente poderá ser favorável ao mesmo caso fundamente, em seu parecer, os motivos da não concordância com o mesmo.

Após a posse dos vereadores, o qual se deu em 01/01/17, os mesmos verificaram que a Lei 2.472/16, de 11/11/16, não poderia ser aplicada por ser totalmente contrária aos preceitos legais. De igual forma constataram que os valores estabelecidos pela Lei 2.415/15 eram totalmente incompatíveis com a atual situação financeira municipal e legislativa, não havendo como pagar tais valores e comprometendo totalmente as finanças e limites legais estabelecidos. Diante de tais fatos decidiram por revogar tais leis (2.415/15 e 2.472/16), apresentando o Projeto de Lei 001/2017, o que resultou na Lei 2.497/17.

Considerando, ainda, a situação financeira precária pela qual passava o Município, decidiram também revogar as Leis 2.347/14 e 2.396/15, as quais concederam reajustes no valor do subsídio, apresentando o Projeto de Lei 002/2017, o que resultou na Lei 2.496/17.

Assim sendo deixou-se de aplicar o valor estabelecido pela Lei 2.415/15, os quais eram incompatíveis com a situação financeira existente em 2017, bem como os valores estabelecidos após as eleições de 2016, os quais eram ilegais. Os valores que então passaram a ser considerados para a legislatura 2017/2020 foram aqueles fixados através da Lei 2.267/12, que fixou os mesmos para a legislatura 2013/2016, ou seja:

Vereador: R\$ 4.390,00 (quatro mil, trezentos e noventa reais)

Presidente: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Em 2017 a Promotoria Pública da Comarca de Muniz Freire entrou com ação judicial para que o valor do subsídio dos Vereadores fosse aquele estabelecido pela Lei 2.497/17 (Vereador: R\$ 1.740,00 (um mil, setecentos e quarenta reais); Presidente: R\$ 2.436,00 (dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais)). O então Juiz de Direito da Comarca, a título de liminar, decidiu que os valores fossem pagos de acordo com a Lei 2.267/12 (Vereador: R\$ 4.390,00 (quatro mil, trezentos e noventa reais); Presidente: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)). Em novembro/2019 a Câmara recebeu determinação do novo Juiz de Direito da Comarca para que o valor dos subsídios fosse aquele estabelecido pela Lei 2.497/17, o que foi feito nos meses de novembro e dezembro. O processo judicial encontra-se ainda em tramitação.



Valéria Aguilar Satler <vasatler.vas@gmail.com>

[GLPI #0012771] Nova intervenção no chamado: PCA 2019

1 mensagem

naoresponda <naoresponda@tce.es.gov.br>

16 de junho de 2020 17:32

Para: Valéria Aguilar Satler <vasatler.vas@gmail.com>

O chamado 0012771 (PCA 2019) recebeu a seguinte intervenção:

Prezada,

Ao abrir um chamado é importante que não se façam novas cargas a fim de preservar os dados enviados para análise.

A respeito do mencionado em seu chamado temos a informar que, conforme consulta aos extratos encaminhado pelo Banestes, as contas bancárias estão vinculadas ao CNPJ das UGs correspondentes. Nesse caso, considerando que se trata, como alegado por você, de contas bancárias que não comporão o TVDISP, tal como informado no chamado, sugerimos que sejam realizados os procedimentos de acertos das mesmas junto ao banco Banestes, caso seja necessário, e sugerimos, também, que tal situação seja objeto de notas explicativas detalhadas na Prestação de Contas.

Para possibilitar o envio da Prestação de Contas, o procedimento que estamos adotando é alterar as referidas consistências de impeditivas para indicativas para que a Remessa seja efetuada Livre de Impedimento. Verifique, por gentileza, se estas contas realmente não comporão o TVDISP e, após restarem somente estas impeditivas, nos informe por meio deste chamado para realizarmos os procedimentos que possibilitem o envio da PCA.

Reiteramos a necessidade de regularização de tais contas junto ao Banestes, caso seja necessário, e de que a situação seja detalhada em nota explicativa da Prestação de Contas Anual.

Att,

Equipe CidadES.

Para visualizar seu chamado ou incluir novas informações acesse nosso sistema de service desk.

--

Favor não responder. Mensagem gerada automaticamente.

NATI/SGTI - Núcleo de Atendimento em Tecnologia da Informação

Nosso atendimento telefônico foi restabelecido! Anote: (27) 3334-7709

Gerado automaticamente pelo GLPI 9.2.4